

DEMOCRACIA, COSMOPOLITISMO E SUJEITO HISTÓRICO

Francesca Izzo *

RESUMO

Este artigo pretende mostrar que a pesquisa de Gramsci na prisão se desenvolve na direção de um fundamento da democracia cosmopolita. A crise do Estado-nação, que explodiu com a I Guerra Mundial, pôs em evidência a contradição entre a dimensão global da economia e o fechamento da política nacionalista. Superar esta contradição só é possível por uma entidade política que seja capaz de combinar a dimensão internacional com o enraizamento “popular” das funções intelectuais. O cosmopolitismo do tipo “novo” é o conceito que expressa essa visão de Gramsci.

Palavras-chave: Democracia. Cosmopolitismo. Estado Nacional. Nacional-popular.

ABSTRACT

In prison Gramsci develops his investigation to found a cosmopolitical democracy. The crisis of nation-State, exploded during the I World War, has highlighted the contradiction between the global dimension of economy and the closing nationalistic politics. It is possible to overcome this contradiction only if a political entity is able to combine the international dimension with a “popular” rooting of intellectual functions. The idea of a “new” cosmopolitism expresses this Gramsci’s vision.

Keywords: Democracy. Cosmopolitism. Nation-State. Nation-popular.

O conceito de cosmopolitismo “de tipo novo”, utilizado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* e aberto a uma perspectiva cosmopolítica da democracia, é objeto de controvérsia, por duas ordens de

* Professora de História do Pensamento Político no Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade l’Orientale de Napoli-Itália. Membro do Comitê Científico da Fundação Instituto Gramsci – Roma (Itália). *E-mail:* francescaizzo@virgilio.it

razão. Antes de tudo, porque a resposta em termos “cosmopolíticos” à crise da forma estatal da democracia aparece pouco argumentada nos *Cadernos*. De fato, Gramsci acenaria apenas à ideia cosmopolítica, sem aprontar uma instrumentação histórico-analítica adequada à sua constituição em novo paradigma da política democrática. Secundariamente, não se consegue apreender a real incidência da impostação gramsciana na realidade contemporânea, na qual o cosmopolitismo, a democracia cosmopolita, a cidadania global têm sido amplamente debatidos, e onde estão em curso complicados processos de construção de ordenamentos sobre-nacionais, como aquele europeu.

Reconduzido à sua essência, tal debate mira evidenciar a forte tensão que anima os dois polos do inédito entrelaçamento: a democracia requer a precisa definição de uma comunidade (o povo) enquanto a cidadania democrática, para dar efetividade aos direitos, se funda na dinâmica, volúvel se quiserem, da inclusão-exclusão, além de um forte apelo à solidariedade identitária inspirada à pertença a uma “comunidade política de destino”, enquanto o cosmopolitismo, qual seja, o desenvolvimento de normas cosmopolíticas de justiça, tem um respiro universalístico que não reconhece confins, fechamentos ou identidades historicamente e/ou politicamente definidos.

A minha intenção é mostrar, antes de mais nada, que a perspectiva cosmopolítica é constitutiva do comunismo gramsciano, representando a sua originalíssima interpretação do internacionalismo proletário e, secundariamente, que teria sentido hoje uma retomada das categorias usadas por Gramsci para interpretar o desenvolvimento e a crise da ordem mundial fundada na soberania dos estados. Com efeito, tais categorias destacam aspectos que a discussão contemporânea tende a ignorar ou a subestimar; aspectos que deslocam para um terreno histórico realístico as instâncias seja da democracia que do cosmopolitismo, e tendem a configurar diversamente a tensão que os atravessa.

Parece inevitável iniciar de uma antiga *querelle*, reverdecida em modo autorizado por Norberto Bobbio no coração dos anos Setenta, sobre a ausência de uma teoria democrática do poder nos *Cadernos*, visto que não seria possível traçar, nos escritos políticos gramscianos, qualquer tratamento dos aspectos processuais da democracia política. Porém, como

se sabe, existem tantos modelos de democracia¹, e não é absolutamente convincente, inclusive à luz da crise de representação cada vez mais aguda dos sistemas democráticos ocidentais, identificar e reduzir a democracia ao simples respeito de alguns determinados procedimentos. As formas, como sabemos, são fundamentais, mas justamente como formas de algo que deve estar presente ou se manifestar em ou por meio das mesmas. Se por democracia se entende o sistema mais eficaz para escolher de maneira competitiva “homens que são capazes de tomar decisões” e para evitar (não sempre) a instauração de regimes despóticos, as regras processuais constituem seu alfa e ômega. Mas se, como em Gramsci, o espaço da democracia vai bem além dos confins das regras para a seleção competitiva da elite e é ordenado em base à relação governantes-governados, então entram em jogo outras dimensões, igualmente determinantes para entender o que é ou poderia ser a democracia nas sociedades contemporâneas (quais sejam, sociedades caracterizadas pelo ingresso na cena política das massas, “a questão sindical”) e quais sejam as suas formas. Observado por esta perspectiva, o tema da democracia se revela como um dos *leitmotiv* da inteira pesquisa dos *Cadernos*, a partir daquele trecho do C. 15 que fornece a chave de leitura fundamental, em explícita polêmica com as teorias elitistas:

Na formação dos dirigentes é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?²

Gramsci pertence àquele grupo, não tão exíguo, de pensadores que, frente ao “desastre da democracia política”³, qual seja, a catástrofe do Estado liberal no século XX, reabilitaram, em chave crítica, o núcleo essencial da ideia antiga de democracia: a circularidade de governantes

¹ Ver HELD, D. *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press, 1996.

² GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Roma: Einaudi, 1975, p. 1752. Tradução em português de Carlos Neto Coutinho. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 325.

³ GRAMSCI, A.; SCHUCHT, T. *Lettere del carcere 1926-1935*. Roma: Einaudi, 1997, p. 711.

e governados, a recusa de uma sua fratura permanente, orgânica. Em Gramsci, tal função crítica se revela na convicção, expressa no trecho citado, de que a divisão do gênero humano em dirigentes e dirigidos é um dado histórico e não um eterno atributo da natureza humana. Este critério crítico-perspectivo tem a tarefa de orientar a ação política e de medir o grau de democracia de uma formação política em vista de uma tendencial superação da fratura da humanidade entre quem sabe e quem não sabe, entre quem governa e quem é governado. Mas Gramsci o utiliza, ao mesmo tempo, no seu reconhecimento histórico-crítico do Estado moderno. A relação “hegemônica”, e não de puro domínio entre governantes e governados, entre intelectuais e “povo”, representa para ele o coração da nação moderna. A relação democrática, isto é, hegemônica, entre dirigentes e dirigidos constitui, de fato, o critério fundamental adotado por Gramsci para apreender a natureza peculiar do Estado moderno e para analisar seus desenvolvimentos diferenciados na Europa.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realístico e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente.⁴

No coração de sua leitura do moderno, exemplificada por algumas figuras histórico-simbólicas – Maquiavel, os jacobinos, Hegel – Gramsci coloca o nexa entre o pensar e o sentir, o conectar-se contraditório de elementos sempre distintos e considerados irreconciliáveis: a necessidade econômica e a liberdade política, *oikos e polis*, o econômico-passional e o racional. É no contraste entre essas, até então incomparáveis, dimensões, que Gramsci coloca os fundamentos histórico-materialísticos do subjetivismo e do imanentismo modernos: a teoria não vive mais separada da esfera material da produção e reprodução; a contemplação metafísica

⁴ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 1056. ; Trad., Op. Cit., vol. 3, p. 287.

das essências declina com o estabelecimento do nexa, mediado pela forma estatal, entre razão e ético-passional. (Concedam-me uma consideração: há algo de singular, não fosse um sintoma de *damnatio memoriae*, o fato que no panorama cultural atual tenha tanto sucesso a biopolítica, isto é, a retradução-dissolução em uma genérica dimensão vital-biológica, das determinações histórico-materialistas, laboriosamente adquiridas através de um complexo processo histórico e teórico, do abstrato lema vida).

O caráter soberano-representativo, que é também peculiar à democracia dos modernos, resulta algo derivado, ou seja, ligado a uma forma particular – a forma estatal – que, portanto, não se identifica com o princípio democrático e sobretudo não o esgota.

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado [– escreve Gramsci –] consiste especialmente na vontade de conformismo (...). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes (...). A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada (...).⁵

A dinâmica de desenvolvimento da época moderna e de seu sujeito histórico, o Estado, concentra-se em torno à *nacionalização do territorial*, que coincide com o instaurar-se da hegemonia burguesa.

Segundo Gramsci, os elementos fundamentais deste processo são, de um lado, a revolução intelectual que quebra o monopólio da cultura por parte da Igreja Católica, liberando as classes médias européias do cosmopolitismo católico e humanístico-imperial. De outro, uma diversa relação entre cidade e campo que remete à formação de um bloco histórico urbano-rural, hegemônico por grupos sociais cidadãos, que introduz no fluxo da história o mundo camponês⁶. Um mundo camponês,

⁵ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., Vol. 4. Roma: Einaudi, 1975, p. 937.; Trad., Op. Cit., Vol. 3, p. 271.

⁶ GRAMSCI, A.; SCHUCHT, T. *Lettere del carcere* 1926-1935, cit. p. 840. “Isto que se

este, atravessado pelas correntes da reforma religiosa e sensibilizado às instâncias da liberdade. Esse processo de criação de uma unidade nacional-popular é cimentado por Gramsci, no plano político, no modelo do jacobinismo francês, enquanto no plano teórico sua expressão mais completa é encontrada na filosofia hegeliana.

O Estado ético hegeliano, com o papel de mediação atribuído aos funcionários intelectuais, representa o vértice do princípio filosófico moderno, intrinsecamente democrático porque tendente a estender a todos os homens a forma da racionalidade burguesa: “A concepção de Hegel é própria de um período em que o desenvolvimento extensivo da burguesia podia parecer ilimitado e, portanto, a eticidade ou universalidade desta classe podia ser afirmada: todo o gênero humano será burguês”⁷.

Seja no idealismo hegeliano ou no jacobinismo, Gramsci evidencia a capacidade de ativação das massas por parte do princípio subjetivo moderno. Com sua energia e potência este tende a quebrar a imobilidade naturalística do “territorial” (as massas subalternas ligadas direta ou indiretamente à terra e às formas de vida que desta provêm) e a inseri-la no círculo da historicidade, na mesma medida em que impele o pensamento, aqueles que sabem, a se relacionar com a *multitudo*, para recorrer a uma expressão e um tema caros a Spinoza.

A hegemonia burguesa estende-se, segundo Gramsci, no processo de nacionalização das massas, ou seja, na tendencial e contraditória unificação dos cultos e dos incultos (certamente em posição subalterna), de trabalho manual e intelectual, fundamentalmente na capacidade de inserção dos camponeses na “comunidade ética” da nação. Poder-se-ia dizer que ele traduz em termos de filosofia da práxis o processo de subordinação ao capital da renda fundiária, de um lado, e a unificação de ciência e trabalho na forma do capital, de outro.

vê de sólido são os intelectuais e isso que não se vê são especificamente os camponeses, que também como a maioria da população são, eles próprios, a ‘nação’, ainda se são pouco numerosos na direção do Estado e se são ignorados pelos intelectuais (a parte o interesse que desperta qualquer traço pitoresco).

⁷ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 1049-50.; Trad., Op. Cit., Vol. 3, p. 284-5.

Nos *Cadernos*, à reconstrução da gênese e do desenvolvimento da forma estatal por meio dos quais se afirmou a hegemonia burguesa, alia-se e entrelaça-se a busca das razões da interrupção de sua expansão e do seu descarrilamento em uma crise de caráter “orgânico”, que se iniciou com a “época do imperialismo” e da guerra mundial.

Dado o caráter antagonístico do processo, a burguesia não pôde assimilar a si mesma toda a sociedade, ao custo de sua própria negação, mas ao mesmo tempo o universalismo de sua constituição a impele naquela direção⁸. Neste movimento se manifesta a incoercível tendência dos novos tempos à democracia, mas se revelam também os obstáculos que, nas circunstâncias da crise, deformam a democracia na terrível caricatura totalitária, ou a despedaçam e a comprimem nas correntes das revoluções passivas:

No período do pós-guerra, o aparelho hegemônico se estilhaça e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório. O fenômeno é apresentado e tratado com vários nomes e em seus aspectos secundários e derivados. Os mais triviais são: “crise do princípio de autoridade” e “dissolução do regime parlamentar”.⁹

É na dissolução do laço nacional-popular, mediado pela forma estatal, e na incapacidade do novo sujeito histórico de elevar-se à dimensão ético-política que Gramsci apreende a essência da crise:

se verifica hoje, no mundo moderno, um fenômeno semelhante àquele da separação entre “espiritual” e “temporal” na Idade Média: fenômeno muito mais complexo do que o de então, na medida em que se tornou mais complexa a vida moderna. Os grupos sociais regressivos e conservativos se reduzem cada vez mais à sua fase inicial econômico-corporativa, ao passo que os grupos progressistas e

⁸ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 937. Trad.. Op. Cit., vol. 3, p. 271. “A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico (...). De que modo se verifica uma paralisação e se volta à concepção do Estado como pura força, etc. A classe burguesa está ‘saturada’: não só não se difunde, mas se desagrega (...).”

⁹ Idem, p. 1638. Idem, p. 95-6.

inovadores se encontram ainda na fase inicial exatamente econômico-corporativa; os intelectuais tradicionais, separando-se do grupo social ao qual haviam dado até agora a forma mais alta e compreensiva e, portanto, a consciência mais ampla e perfeita do Estado moderno, na realidade efetuam um ato de incalculável alcance histórico: assinalam e confirmam a crise estatal em sua forma decisiva (...). Este processo de desintegração do Estado moderno, portanto, é muito mais catastrófico do que o processo histórico medieval (...).¹⁰

De fato, o destaque dos intelectuais decreta o fim da figura estatal da democracia moderna e aprofunda uma crise que tem sua gênese em outro lugar. Os elementos fundamentais considerados por Gramsci se referem seja à vertente nacional que àquela internacional, mas é, sobretudo, a sua contraditória conexão que está na origem dos processos desintegrativos que apareceram bem antes dos eventos bélicos, já em 1870. Essa data assume um valor periodizante, nos *Cadernos*, em quanto marca a manifestação, com a Comuna de Paris, do fenômeno sindical e, com a guerra franco-prussiana, da crise do sistema de equilíbrio entre os estados europeus.

No plano interno, a crise tem como epicentro o “fenômeno sindical”, qual seja, uma série de eventos e processos que assinalam o nascimento de um sujeito que não tem mais o território como base exclusiva de existência social e representativa:

A guerra de 1914-18 representa uma ruptura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que se acumulavam molecularmente, antes de 1914, “se sobrepuseram umas às outras”, modificando a estrutura geral do processo anterior: basta pensar na importância que assumiu o fenômeno sindical, termo-geral sob o qual vêm à tona diferentes problemas e processos de desenvolvimento de importância e significação variada (parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo, etc.), mas que, objetivamente, reflete o fato que uma nova força social se constituiu, tem um peso não mais desprezível, etc.¹¹

¹⁰ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 690-1.; Trad., Op. Cit., vol. 1, p. 435-6.

¹¹ Idem, p. 1824. Trad., Op. Cit, vol. 5, p. 330.

Não pode ser absolutamente subestimado o fato que entre os marcos distintivos da “nova força social”, Gramsci coloque a sua vocação “internacional” voltada a instaurar “uma economia segundo um plano mundial”. Os raros acenos, nos *Cadernos*, a tal traço, longe de aludir a um presumível fechamento “nacional”, são indicadores de sua obviedade para Gramsci: “(...) sintetize Maximilien Robespierre e Emanuel Kant, a política e a filosofia numa unidade dialética intrínseca a um grupo social não só francês ou alemão, mas europeu e mundial”¹².

Ou, em outras passagens, de maneira mais extensa:

Uma classe de caráter internacional, que guia camadas sociais estritamente nacionais (...) deve se “nacionalizar” num certo sentido, sentido este não é, aliás, muito estreito, porque, antes de se formarem as condições de uma economia segundo um plano mundial, é necessário atravessar fases múltiplas (...).¹³

Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é “nacional” (...). Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais.¹⁴

Com efeito, os “diversos processos de desenvolvimento” desembocaram também na Revolução de Outubro e na primeira tentativa de construção de uma estatalidade nova de projeção mundial, enquanto nos Estados Unidos, sob forma de revolução passiva, chega uma onda de mudanças que modifica radicalmente as bases de exercício da hegemonia.

De um lado, então, a racionalização da composição demográfica ditada pela subordinação-absorção da renda fundiária e financeira ao capital produtivo, de outro, a tentativa (econômico-corporativa) de economia regulada, mudam a base da própria hegemonia: não mais o território (lugar

¹² GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, PO. Cit, p. 1233.; Trad., Op. Cit, vol. 1, p. 304.

¹³ Idem, p. 1729. Trad., Op. Cit, vol. 3, p. 315.

¹⁴ Ibidem, p. 1729. Idem.

da relação entre classes urbanas e rurais, entre cidade e campo) mas a fábrica que subsume a si mesmo o território. Abre-se uma nova época, marcada pela guerra de posição e pelas revoluções passivas, nas quais o “trabalho como um todo”, existente em si, como parte do capital, experimenta o seu tornar-se sujeito, um sujeito com vocação mundial, isto é, capaz de intervir politicamente nas contradições da época: a dissimetria entre a dimensão internacional da economia e o fechamento nacional da política.

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática (...). Que uma tentativa progressista seja iniciada por uma ou por outra força social não é algo sem consequências fundamentais: as forças subalternas, que teriam de ser ‘manipuladas’ e racionalizadas de acordo com as novas metas, necessariamente resistem. Mas resistem também alguns setores das forças dominantes (...).¹⁵

O americanismo se apresenta aos olhos de Gramsci como a figura histórica que, modificando a relação entre economia e política e com essa o equilíbrio entre econômico-passional e racionalidade, impele a identidade de político e estatal em uma direção progressiva, isto é, democrática, e não autoritária e ditatorial como estava acontecendo na Europa dos fascismos e do stalinismo. Ele abre à possibilidade de uma diversa organização do político¹⁶.

O americanismo, em sua forma mais completa, exige uma condição preliminar (...) esta condição pode ser chamada de “uma composição demográfica racional”, que consiste no fato de não existirem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, isto é, classes absolutamente parasitárias. A “tradição”, a “civilização” européia, ao contrário, caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela “riqueza” e pela “complexidade” da história passada.¹⁷

¹⁵ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 2139. Trad. Op. Cit., Vol. 4, p. 241.

¹⁶ Sobre as diferentes organizações americanas das relações entre ciência, imprensa capitalista, Estado, sociedade civil veja a iluminante pesquisa de Zunz, In: ZUNZ, O. *Why the american century*. Chicago: University Chicago Press, 1998.

¹⁷ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 2141. Idem, p. 243.

A racionalização da marca americana, que desenvolve o exercício da hegemonia a partir da “fábrica”, põe em discussão o nexos de territorial e nacional, com base na qual tinha se constituído a expansividade hegemônica da estatalidade européia, e estabelece um novo terreno de luta pela hegemonia, tanto internamente aos Estados quanto na arena mundial.

A América não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo (...).

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários [...]) e conseguindo centrar toda a vida do país só na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.¹⁸

Um novo tipo de homem¹⁹, a questão sexual²⁰, os altos salários que recordam a força conferida pelo mercado e pelos consumos são os diferentes aspectos do americanismo que visam impor regras e ordens mais complexos em face de formas de vidas coletivas²¹. Gramsci sublinha positivamente a base nova a partir da qual pode se desenvolver a hegemonia que elimina elementos arcaicos, parasitários, associados à estrutura fundiária, à terra-território²², e simplifica o inteiro sistema das superestruturas. Também do ponto de vista das relações internacionais, o americanismo marca o fim do desenvolvimento militar e colonial do capitalismo. Como explicitado em uma outra passagem, “A expansão moderna é de ordem financeiro-

¹⁸ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 2145-6. Trad. Vol. 4, p. 247-8.

¹⁹ *Ibidem* “Na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo (...). É ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial (...) ainda não se verificou (...) nenhum florescimento ‘superestrutural’, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia”.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*, p. 2160-1. *Ibidem*, p. 262-5.

²² *Ibidem*, p. 2176-7. *Ibidem*, p. 278-9.

capitalística”, ou seja, não mais a ocupação militar dos territórios e a sua exploração asseguram a supremacia mundial, e sim a potência produtiva e a força do mercado. Não crê, porém, como poderia parecer no seu conselheirismo de um tempo, que a resposta à crise se encontra no círculo estreito produção-política. É, contrariamente, na identidade de filosofia e política que o Gramsci dos *Cadernos* a busca²³, e isto significa a elaboração de uma visão geral hegemônica, a intervenção da mediação intelectual e a construção de novas formas políticas. A ausência, no americanismo, de um “florescimento superestrutural”, a falta de intelectualidades orgânicas, diríamos de um “nacional-popular” adequado à nova figura produtiva, indica que a América ainda não alcançou uma nova fase “estatal”²⁴, uma capacidade de mediação política correspondente à expansão global do mercado. Uma tarefa histórica que ele julgava coubesse ainda à Europa elaborar e, por um aspecto particular, como veremos, à Itália.

O americanismo, em suma, não é capaz de fechar positivamente a brecha, a contradição que se abriu entre uma economia, um mercado, cada vez mais integrados no nível internacional e uma política crescentemente recolhida na dimensão nacional. É esta brecha a verdadeira raiz da crise pós-bélica.

Em uma nota capital do *Caderno 17*, que remonta a 1933 e é inteiramente dedicada à análise da crise, Gramsci escreve:

²³ GRAMSCI, A., *Quaderni del carcere*, Op. Cit. p. 1233. Trad., Op. Cit, vol. 1, p. 304. “Deve-se realizar, com relação à concepção filosófica de Croce, a mesma redução que os primeiros teóricos da filosofia da práxis realizaram com relação à concepção hegeliana. Esta é a única maneira historicamente fecunda de determinar uma retomada adequada da filosofia da práxis, de elevar esta concepção [...] á altura que ela deve atingir para poder solucionar as tarefas mais complexas que o desenvolvimento atual da luta propõe, isto é, a criação de uma nova cultura integral [...] que, retomando as palavras de Carducci, sintetize Massimiliano Robespierre e Emanuel Kant, a política e a filosofia numa unidade dialética intrínseca a um grupo social não só francês ou alemão, mas europeu e mundial”.

²⁴ Idem, p. 692. Idem, p. 437. “É interessante notar que nesta concepção se contém o ‘americanismo’, porque a América ainda não superou a fase econômico-corporativa atravessada pelos europeus na Idade Média, isto é, ainda não criou uma concepção de mundo e um grupo de grandes intelectuais que dirijam o povo no âmbito da sociedade civil: neste sentido, é verdade que a América está sob a influência européia, da história européia. (Esta questão da forma-fase estatal dos Estados Unidos é muito complexa, mas o cerne da questão me parece justamente este)”.

todo o após- guerra é crise, com tentativas de superá-la que às vezes tem sucesso neste ou naquele país, e nada mais. Para alguns (e talvez não sem razão) a própria guerra é uma manifestação da crise, ou melhor, a primeira manifestação; de fato, a guerra foi precisamente a resposta política e organizativa dos responsáveis (...). Uma das contradições fundamentais é esta: que, enquanto a vida econômica tem como premissa necessária o internacionalismo, ou melhor, o cosmopolitismo, a vida estatal se desenvolveu cada vez mais no sentido do “nacionalismo”, da “auto-suficiência”, etc. Uma das características mais visíveis da “crise atual” é, apenas, a exasperação do elemento nacionalístico (estatal nacionalístico) na economia.²⁵

Nesse trecho nos interessa sublinhar dois pontos. O primeiro diz respeito, como se disse, ao contraste entre uma “economia concretamente mundial”, interligada ao ponto de requerer, como sua premissa, “o internacionalismo ou melhor o cosmopolitismo”, e uma política cada vez mais fechada no “nacionalismo”. É a contradição da época que nenhuma força parece apta a enfrentar: nem o americanismo que, como se viu, se ressentia da falta do “florescimento superestrutural” necessário a organizar e exercer a hegemonia, nascente da fábrica, no plano “cosmopolítico”; nem a república dos soviéticos, essa também privada do respiro ético-político adequado ao novo “grupo social europeu e mundial”.

O segundo ponto se refere, à primeira vista, a uma questão terminológica. Nessa passagem Gramsci usa o termo *internacionalismo* para então corrigi-lo em *cosmopolitismo*. Em outros trechos, como veremos, procede a uma resoluta substituição. E não se trata de uma correção de pouco momento. Trata-se, nada menos, de eliminar de seu léxico o termo distintivo que marcou o nascimento de um novo sujeito, a Internacional dos Trabalhadores, para substituí-lo com um vocábulo que remete, por um lado, à *République des Lettres* de memória setecentista, e pelo outro, como se sabe, identifica a tradição histórica dos intelectuais italianos, por ele repetidamente estigmatizada²⁶.

Que sentido tem esta substituição, dificilmente explicável, com as precauções impostas pela sua condição de prisioneiro?

²⁵ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 1755-6. Trad., Op. Cit., vol.4, p. 317-8.

²⁶ Sobre o cosmopolitismo kantiano ver. Idem, p. 1484-5. Trad., Op. Cit, vol. 1, p. 200-1.

Com efeito, ainda em setembro-novembro de 1932, Gramsci anota que “o povo italiano é o povo mais interessado no internacionalismo”²⁷, enquanto entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935 (quando já tinham sido fortemente atenuados os controles), retomando a passagem no Caderno Especial 19, o reescreve assim: “o povo italiano é o povo que ‘nacionalmente’ mais interessado está numa moderna forma de cosmopolitismo”.²⁸

Trata-se de uma mudança terminológica que remete a uma outra, já amplamente sublinhada pela crítica: a passagem do lema materialismo histórico ao lema filosofia da práxis, em relação ao qual Gramsci havia citado a frase de Napoleão em uma nota muito significativa intitulada *A propósito do nome “materialismo histórico”*:

(...) Eu creio que, na ciência, quando se encontra alguma coisa verdadeiramente nova, é necessário adequar-lhe um vocábulo inteiramente novo, a fim de que a ideia se mantenha precisa e distinta. Se os senhores derem novo significado a um velho vocábulo, ainda que professem que a antiga ideia ligada àquela palavra nada tem em comum com a nova ideia que lhes atribuíram, a mentalidade humana jamais pode deixar de supor que não existem semelhanças e conexões entre a antiga e a nova ideia; isto não só confunde a ciência, como produz disputas inúteis.²⁹

Se o mesmo critério deve ser aplicado à passagem de *internacionalismo* a *cosmopolitismo*, isto significa que Gramsci elaborou algo novo do ponto de vista conceitual que não mais lhe consente utilizar o velho termo, ao custo de uma confusão das ideias. A meu aviso, Gramsci substitui o termo “internacionalismo” pressionado pela mesma exigência que o levou a não mais utilizar a expressão “materialismo histórico”. Entende fugir ao peso de uma concepção e de uma política mecanicista e de uma estrutura econômico-corporativa incapaz de produzir hegemonia, isto é, incapaz de criar aquele vínculo entre os intelectuais e o “trabalho como

²⁷ Ibidem, p. 1190.

²⁸ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 1988. Trad., Op. Cit., vol. 5, p. 42.

²⁹ Idem, p. 452-3. Trad., Op. Cit., vol. 1, p. 155-6.

um todo” que constitui o verdadeiro desafio da democracia pós-estatal. O termo cosmopolitismo é por si mesmo evocador da dimensão intelectual e nesta forma aparece repetidamente nos *Cadernos*.

Esta observação [grau de modernidade dos movimentos revolucionários] pode ser estendida a muitas outras manifestações históricas; por exemplo, ao grau de “cosmopolitismo” alcançado nos diversos períodos do desenvolvimento cultural internacional. No século XVIII, o cosmopolitismo dos intelectuais foi “máximo”, mas que fração do conjunto social ele atingia? Não se tratava, em grande parte, de uma manifestação hegemônica da cultura e dos grandes intelectuais franceses?³⁰

A Gramsci importa sublinhar que a grande época do cosmopolitismo europeu setecentista manifestava um caráter não apenas estreito, mas tendencialmente “nacional”, ou seja, expressava a função hegemônica do Estado francês.

A função cosmopolita dos intelectuais franceses a partir do século XVIII é de caráter absolutamente diverso daquela exercida pelos italianos anteriormente. Os intelectuais franceses expressam e representam explicitamente um compacto bloco nacional, do qual são os “embaixadores” culturais, etc.³¹

O cosmopolitismo dos italianos, como ele mesmo havia amplamente ilustrado, tinha sido de natureza profundamente diferente: tinha sido efetivamente cosmopolítico na medida em que os italianos tinham permanecido ligados às instituições universalísticas medievais do Império e do Papado. A tradição italiana, impregnada de universalismo, que na longa fase histórica marcada pelo exclusivo domínio da forma estatal, tinha contribuído a relegar o país às margens do desenvolvimento moderno, aparece agora em singular sintonia com a formação de uma nova estrutura de mundo e parece oferecer uma espécie de modelo à “forma mais

³⁰ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit. p. 795. Trad., Op. Cit., vol. 3, p. 252.

³¹ Idem, p. 255. Idem, vol. 2, p. 69.

moderna e avançada” de cosmopolitismo. Na “frente moderna de luta para reorganizar o mundo”, o povo italiano parece estar em posição privilegiada enquanto herdeiro de uma tradição especificamente cosmopolítica³².

Depois de ter denunciado em tantas notas a função “desnacionalizante”, reabilita César e com ele também o cosmopolitismo imperial e papal. Deste modo, uma tradição, incôgrua com as principais correntes modernas, revela-se impregnada de futuro no momento em que os sinais dos tempos aludem a um mundo ordenado não mais segundo partições territoriais, mas segundo as potencialidades e as qualidades dos homens.

Colaborar para reconstruir o mundo economicamente de modo unitário está na tradição do povo italiano e da história italiana (...) pode-se demonstrar que Cesare está na origem desta tradição (...). A “missão” do povo italiano consiste na retomada do cosmopolitismo romano e medieval, mas em sua forma mais moderna e avançada.³³

Mas como entender esta expressão? Para tentar desatar sua densidade alusiva com uma fórmula, diria que o cosmopolitismo em sua forma mais moderna e avançada parece ser o equivalente do nacional-popular adequado ao novo sujeito e à nova estrutura do mundo, que para Gramsci tende à unificação e não à fragmentação conflitual.³⁴

Como se compreende, o cosmopolitismo gramsciano não tem alguma valência jurídica de tipo kantiano-kelsiano. Seria mais correto dizer que indica a forma de uma diversa conexão dos intelectuais (dos

³² GRAMSCI, A. QC, Op. Cit., p. 1988. Trad., Op. Cit., vol. 5, p. 41-2.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 1416. Trad., Op. Cit., vol. 1, p. 134.: “O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano historicamente unificado em um sistema cultural unitário; mas este processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento das contradições que dilaceram a sociedade humana, contradições que são a condição da formação dos grupos e do nascimento das ideologias não universal-concretas (...). Há, portanto, uma luta pela objetividade (para liberar-se das ideologias parciais e falazes) e esta luta é a própria luta pela unificação cultural do gênero humano (...). A ciência experimental foi (ofereceu) até agora o terreno no qual uma tal unidade cultural exigiu o máximo de extensão: ela foi o elemento de conhecimento que mais contribuiu para unificar o ‘espírito’, para fazê-lo se tornar mais universal; ela é a subjetividade mais objetivada e universalizada concretamente”.

especialismos e das competências técnico-científicas) que estão se destacando dos aparelhos estatais-nacionais como um grupo social com vocação internacional. E nesta conexão o grupo social é tirado de seu economismo corporativo, restabelecendo, para além do Estado, a relação democrática, a mediação democrática:

todavia, é certo que toda classe dominante nacional está mais próxima das outras classes dominantes, como cultura e costumes, do que as classes subalternas entre si, mesmo se estas são “cosmopolitas” por programa e destino histórico. Um grupo social pode ser ‘cosmopolita’ por sua política e sua economia, mas pode não sê-lo pelos costumes e também pela cultura (real).³⁵

Mesmo afirmando que a tendência da época é de unificação do mundo, Gramsci tinha consciência de que se trata de um processo complexo e em nenhum modo linear, no qual são múltiplos os entrelaçamentos de nacional, regional e mundial e onde, porém, o elemento cosmopolítico deve constituir a bússola de referência na orientação da teoria e da ação política.³⁶

Com relação ao cosmopolitismo medieval e ao cosmopolitismo iluminista, a ideia avançada por Gramsci exibe uma forte densidade democrática: do primeiro se distingue pela entrada do “trabalho” no circuito da mobilidade mundial, de um trabalho não mais ligado a terra, idiotizado, mas capaz, como os detentores do dinheiro e do saber, de circular; e do segundo pela manutenção, à base do processo, de um laço intelectuais/povo-trabalho. A tensão à qual acenamos inicialmente entre universalismo cosmopolítico e identidade nacional-popular se traduz, no léxico gramsciano, na exigência de uma forma que construa e conserve um vínculo entre as funções intelectuais que tendem a se desincorporar do Estado – que se “desnacionalizam”, e as componentes ético-produtivas nacionais.

³⁵ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 795. Trad., Op. Cit., vol. 3, p. 252

³⁶ Ver nota 14. Idem, p. 748. Idem, vol. 5, p. 249. “A história contemporânea oferece um modelo para compreender o passado italiano: existe, hoje, uma consciência cultural européia e existe uma série de manifestações de intelectuais e políticos que sustentam a necessidade de uma união européia: até se pode dizer que o processo histórico tende para esta união e que existem muitas forças materiais que só com esta união poderão se desenvolver: se em x anos esta união se realizar, a palavra ‘nacionalismo’ terá o mesmo valor arqueológico que o atual ‘municipalismo’”.

Nos *Cadernos* é o moderno Príncipe a figura designada a conter e exprimir este nexos democrático. Gramsci eleva o partido político a “soberano” da nova época, ou seja, a forma capaz de conectar politicamente as funções produtivas, intelectuais e vitais de tendência “cosmopolita”, isto é, que fogem às malhas organizativas do Estado (do princípio de soberania territorial). “Afirmou-se que protagonista do Novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político, isto é (...) aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente fundado para este fim) fundar um novo tipo de Estado”.³⁷ Ou seja, uma forma inédita de organização política, de “soberania”.

Como a experiência do americanismo ensina, o mercado e as seitas (igrejas) constituem os possíveis (e reais) terrenos alternativos de organização e mediação dos especialismo intelectuais, não mais fundados no Estado. Trata-se, porém, de formas que condensam em termos contraditórios, não democráticos, os polos do processo de unificação do mundo. A luta pela hegemonia, como a entende Gramsci, atua-se em torno aos modos em que se desenvolve tal unificação: ou deixada à espontaneidade antagonista e tendencialmente destruidora das forças do mercado, ou guiada intencionalmente pela política. O sujeito da política de uma época marcada pelo industrialismo e pelo cosmopolitismo é o partido, cuja razão de ser e cujo critério de seleção e unificação de “trabalho manual e intelectual” não são mais somente e eminentemente determinados pela criação ou conservação do Estado-nação.

Como o Príncipe maquiavélico anunciava a formação do grande sujeito da política moderna, o Estado, assim o “moderno Príncipe”, anuncia uma estatalidade que se desenvolve no terreno da democracia não mais exclusivamente territorial.

Estou perfeitamente consciente da aura inatural que circunda o apelo ao moderno Príncipe. A estação de florescência dos partidos parece estar irremediavelmente ultrapassado; com a crise cada vez mais acentuada da democracia representativa em base nacional, o partido político parece ter concluído a sua tarefa de “nacionalização” das massas subalternas, enquanto na cena política das democracias ocidentais rondam figuras espectrais que da “coisa” partido conservam, quando ocorre, somente o nome.

³⁷ GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*, Op. Cit., p. 1601; Trad. GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, Op. Cit., v. 3, p.59.

Difundiu-se, com algum fundamento histórico (com o “redescobrimto”, depois da Segunda Guerra Mundial, do Estado-nação), a ideia de que o partido político fosse conexo a uma fase “oitocentista” da vida produtiva, social e política das nossas sociedades desenvolvidas e de que a democracia dos cidadãos pudesse e devesse dispensar os “soberanos”, incluído o partido, e que o rompimento das fronteiras o tornasse um instrumento impróprio a metabolizar os elementos de “cosmopolitismo” que penetram nas articulações da vida civil. Pois bem, a teorização mais nota e decidida da função soberana do partido político, justamente aquela gramsciana, nos mostra como a própria ideia de partido é pensada em uma perspectiva pós-estatal, e considerada a forma mais adequada para governar a dilatação supranacional da democracia. Somente alguns acenos; sim, são somente acenos o que se encontra nos *Cadernos*, mas constituem, em todo modo, uma bússola para se orientar, para não confundir o passado com o futuro, o que está morto com o que ainda deve nascer.

Referências

- GRAMSCI A. *Quaderni del carcere*. Roma: Einaudi, 1975.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Trad. C. N. Coutinho; M. A. Nogueira; L. S. Henrique. Volumes 1-3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Trad. C. N. Coutinho; M. A. Nogueira; L. S. Henrique. Volumes 4-6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GRAMSCI, A.; SCHUCHT, T. *Lettere del carcere 1926-1935*. Roma: Einaudi, 1997.
- HELD, D. *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- ZUNZ, O. *Why the american century*. Chicago: University Chicago Press, 1998.

Data de registro: 10/03/2014

Data de aceite: 23/04/2014